

Ivanisa Teitelroit Martins

Biografia

Ivanisa Teitelroit Martins (Rio de Janeiro) é uma gestora pública brasileira que influenciou na formulação, implantação e gestão dos principais programas sociais no governo federal do Brasil, nas áreas de proteção integral à infância e à adolescência, seguridade social, descentralização político-administrativa e participação social em todos os níveis de governo.

Casou-se com Franklin Martins ao saírem da clandestinidade, em 9 de fevereiro de 1980. [1] [2] [3] Sua primeira filha, Julia Teitelroit Martins, nasceu em 8 de junho de 1981. Seu segundo filho, Miguel Teitelroit Martins, nasceu em 20 de dezembro de 1985.

Origens

Filha de Wanderlina dos Reis Teitelroit e Isaías Teitelroit, descendentes da primeira emigração organizada de judeus da Bessarábia para o Brasil, em 1904, devido aos pogroms de 1899, na região então dominada pelo Império Russo. No pós-guerra, em 1946, seu pai foi locutor da BBC, trocando o nome para Ted, a pedido de William Tate, chefe do serviço brasileiro, devido ao antissemitismo. Ted Teitelroit foi o primeiro representante da BBC de Londres no Brasil, em 1965, para instalar o serviço permanente de rádio e televisão e transmissão de programas da BBC para todo o Brasil.[4] [5][6] [7]

Período da clandestinidade

No período da clandestinidade, nos anos 1970, Ivanisa participou da edição do jornal de organização clandestina de esquerda, atuou como militante no movimento de educação popular junto à periferia de São Paulo, assessorou os sindicatos dos metalúrgicos, dos gráficos e dos bancários sobre a situação de desigualdade das mulheres trabalhadoras através de palestras sobre saúde e direitos das trabalhadoras. Foi eleita representante do Movimento de Mulheres na região Centro do município de São Paulo.

Em agosto de 1979, um mês antes da promulgação da Lei da Anistia, por não ter notícias do companheiro, Franklin Martins, que não voltou para casa, dirigiu-se ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), quando recebeu orientações de não voltar ao seu endereço e procurar ajuda. Ao sair, foi perseguida por dois carros ocupados por quatro agentes da repressão em cada. Conseguiu escapar e foi escondida em um local desconhecido no Rio de Janeiro.[8]

Conferência das Mulheres da América Latina (1984)

Trezentas mulheres de organizações revolucionárias e de partidos comunistas da América Latina e do Caribe foram recebidas em Conferência pelo governo revolucionário cubano em 1984. Ivanisa compôs a delegação de trinta mulheres comunistas brasileiras na Conferência. Ao final da conferência, depois de serem redigidas as resoluções, Fidel Castro, presidente de Cuba, recebeu a delegação de brasileiras.

Somente aquelas pessoas de total confiança do governo cubano eram convidadas a conversar com Fidel Castro. Era a época do movimento pelas Diretas Já. Nesta conversa, que durou em torno de uma hora e meia, foi debatido o cenário político do Brasil.

À época, o povo cubano sofria ameaças de bombardeios americanos. Quando anoitecia, em hora determinada, o povo cubano e seus convidados faziam treinamento para se protegerem

em abrigos, levando mantimentos e permanecendo em silêncio com todas as luzes apagadas. A questão de segurança era preponderante.

Ivanisa foi indicada para integrar a delegação brasileira pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), por sua trajetória como militante do movimento de mulheres e por ter sido eleita representante do movimento de mulheres da região Centro em São Paulo em 1980. Uma das razões para tanto foi o fato de ter trabalhado com as operárias metalúrgicas, bancárias e gráficas dos sindicatos de São Paulo no período da clandestinidade, ter feito campanha pela anistia e ter levantado finanças para os companheiros que permaneciam no exílio.[9]

Gestora Pública

Foi presidente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA) e influenciou na mudança de paradigmas no atendimento a crianças e jovens, que resultou na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Foi assessora legislativa da liderança da bancada do PSDB na Câmara de Deputados do Brasil, em 1996-1997, da liderança do governo no Senado Federal do Brasil, secretária parlamentar em 2005, e assessora especial da Presidência da República (Brasil), em 2007-2008. [10] [11] [12] [13] [14]

Ivanisa é master in sciences em planejamento de políticas sociais em países em desenvolvimento pela London School of Economics and political sciences (LSE), orientada pelo professor titular da instituição Anthony Leslie Hall.[15] [16] [17] Obteve bolsa de estudos do Conselho Britânico e recebeu, em audiência, os cumprimentos de representantes do governo britânico quando foi nomeada presidente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA). Atualmente, é membro da Plataforma Política Social, agenda de desenvolvimento que reúne cerca de 300 pesquisadores em todo o Brasil.[18]

Presidência da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência

Como presidente da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA), em 1993, Ivanisa coordenou a instalação de uma rede de conselhos paritários, desde a instalação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) à instalação de conselhos estaduais, municipais e tutelares em todo território nacional.[19] [20] [21] Adotou por princípio os artigos da Constituição que instituíam a participação de governos e da sociedade civil em condições de igualdade na formulação, no planejamento e na operacionalização descentralizada da política nacional de proteção integral à criança e ao adolescente. Gerenciou o financiamento de 2.320 agências governamentais (880) e não-governamentais (1.440) com um orçamento de R\$ 350 milhões (962,5 quatrilhões de Cruzados Novos - em 1993). Assinou Pacto Nacional, em parceria com a UNICEF, com todos os governadores do Brasil. [22] [23]

O Brasil se tornou o primeiro país a adequar a legislação interna aos princípios consagrados pela Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança, mesmo antes da obrigatoriedade de sua vigência. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é de 13 de julho de 1990.[24]

Chacina da Candelária

No grave episódio da Chacina da Candelária, em 1993, no Rio de Janeiro, em que oito crianças e jovens foram assassinados por policiais, Ivanisa Martins tinha o dever legal, como Presidente

da FCBIA, de garantir proteção integral aos direitos de crianças e adolescentes. Sua função era de caráter administrativo e decisório e sua competência era exercer com rigor as normas administrativas no exercício da função de gestora pública federal.[25] [26] [27]

À época, era presidente da Fundação Centro Brasileiro para Infância e a Adolescência, com a função de implantar em todo país o Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação extensa e complexa que foi objeto de normatização infraconstitucional debatida amplamente pela sociedade civil e adotada com rigor pela rede de conselhos paritários de caráter deliberativo. Alertada pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Sales, providenciou o acolhimento dos sobreviventes da chacina, crianças e jovens de 6 a 16 anos.[28]

Diante da repercussão dos acontecimentos, o governador Leonel Brizola propôs ao presidente da República, Itamar Franco, a transferência para o governo do estado das instalações da Fundação no Rio de Janeiro. Essa transferência resultou no adiantamento do processo de descentralização já em andamento de ações diretas do CBIA no Rio de Janeiro. Cabia à Ivanisa assinar o convênio do governo federal de Itamar Franco com o governo estadual de Leonel Brizola. Não concordou, pois a assinatura significaria a dispensa dos funcionários da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência no Rio de Janeiro. Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, antes de assinar o convênio, embarcaram em um helicóptero para assumir o Complexo de Quintino do CBIA. Mais de 200 funcionários cercaram o helicóptero e não permitiram que eles assumissem o comando. Brizola da porta do helicóptero disse a eles: “sua presidente está demissionária”. [29] [30]

Bolsa Família

Em 2004, recebeu do Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, uma solicitação para fazer um diagnóstico sobre as diretrizes e a capacidade operacional da pasta, tendo em vista a implantação do Programa Fome Zero, que se desdobraria no Programa Bolsa Família, mecanismo condicional de transferência de recursos. O ministro justificou o pedido diante das dificuldades políticas e operacionais próprias à implantação do programa. Depois de entrevistar secretários e técnicos do ministério, de rever análises, estudar tabelas e quadros, e conferir dados de acompanhamento, Ivanisa Martins fez um diagnóstico. Chamada outra vez no ano seguinte, propôs a adoção de três ações estratégicas:

1. decidir prioritariamente por um mecanismo de transferência de renda, ao invés de um programa de combate à fome;
2. reunir todos os programas de transferência de renda, setorialmente adotados pelo Governo Federal, em um único procedimento;
3. reunir o conjunto dos Municípios por meio de suas confederações e associações em um esforço nacional de implantação do Programa.

Bolsa-Escola

Em 1993, em reunião interministerial, na qual Ivanisa representava o Ministério do Planejamento, o ex-Senador Eduardo Suplicy (PT) apresentou o programa Renda Mínima, de sua autoria, que havia sido aprovado em 1992 pelo Senado Federal. Diante da qualidade da proposta, os participantes da reunião elogiaram a iniciativa, mas tiveram que ajustá-la às restrições orçamentárias. Decidiram adotar um programa que atendesse o segmento de famílias de baixa renda com filhos de até 15 anos com condicionalidades. Foi decidido que as condicionalidades seriam a frequência à escola [31] e o atendimento à saúde.

Em 1997, o governo Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso projeto que contemplava este segmento. Como assessora legislativa da bancada do PSDB na Câmara dos Deputados, coube a Ivanisa emitir parecer. Após dialogar com Vilmar Faria, assessor especial da Presidência da República no governo de Fernando Henrique Cardoso, responsável pela formulação de projetos e programas sociais na Presidência da República, Ivanisa redigiu parecer sobre o impacto do programa no atendimento aos seus propósitos originais, decididos em reunião interministerial em 1993. Diante da equação formulada no anteprojeto, verificou que o efeito sobre o cálculo do benefício teria caráter regressivo. Este parecer resultou em emenda substitutiva que restaurou a fórmula da equação, restituindo seu efeito de caráter progressivo. [32] O projeto de autoria do deputado federal Nelson Marchezan foi aprovado com emendas substitutivas. Passou a ser denominado Programa Bolsa-escola.

Seguridade Social

Ivanisa redigiu, em 1989, o primeiro pronunciamento do ministro da Previdência Social sobre o sistema de seguridade social no período pós-constituente. Assessorou o relator do capítulo da ordem social na Assembleia Nacional Constituinte, Almir Gabriel. Colaborou na redação de seis artigos da Constituição: 203, 204, 194, 195, 226 e 227.

Ivanisa participou do Fórum Nacional de Previdência Social como representante da Presidência da República. As reuniões do Fórum foram realizadas entre março e outubro de 2007, congregando todas as centrais sindicais, as confederações patronais e os diversos ministérios do governo federal. [33]

A Constituição de 1988, no capítulo da ordem social, foi explícita sobre os princípios que deveriam reger um plano de seguridade social. Estes princípios foram formulados de modo a desenvolver um novo modelo nacional de seguridade social. Porém, sua materialização foi sendo adiada durante 20 anos, quando se iniciou uma reversão da inclusão de trabalhadores urbanos, rurais e sem vínculo formal, devido a reformas do sistema que culminaram na redução da base contributiva e da cobertura e, por consequência, na redução do valor dos benefícios.

Os argumentos que sustentaram as reformas do sistema previdenciário se basearam nos ciclos econômicos, no mercado de trabalho e no perfil demográfico da população, fatores históricos que justificaram reformas, ao se adotar o argumento da sustentabilidade fiscal e a adoção da política de ajuste fiscal.

No entanto, os princípios constitucionais não foram alterados, o que permitiu seu resgate no Fórum Nacional de Previdência Social: princípios de natureza redistributiva, quanto à concessão de benefícios e sua base de financiamento – contribuição de natureza social que deliberadamente se distingue do financiamento por tributação. Na Constituição alterou-se a lógica fiscal pela lógica da contribuição social, de modo a garantir uma base de financiamento sustentável por diversas fontes, com flexibilidade suficiente para manter um sistema de contribuição equânime, privilegiando a igualdade progressiva de benefícios entre trabalhadores urbanos e rurais, a partir da perspectiva inclusiva e de caráter redistributivo.[34] [35] [36]

Durante o segundo mandato do governo Lula os princípios constitucionais da seguridade social sofreram uma inflexão em direção ao social-liberalismo, devido às exigências de governabilidade. O social-liberalismo é uma terceira via que se constituiu após o fracasso da agenda neoliberal. As principais teses do social-liberalismo se alinham à identificação das

causas da pobreza sem levar em consideração uma concepção mais avançada condizente com os pilares do sistema de seguridade social (previdência social, saúde e assistência social) e os programas de redistribuição de renda e riqueza.

Em 2008, ainda no governo Lula, duas das fontes de financiamento da seguridade social foram redirecionadas parcialmente para a Secretaria da Receita Federal de modo a compor financeiramente a matriz da política macroeconômica através de alteração da legislação infraconstitucional. Por divergir da retomada do desmonte do sistema de seguridade social, Ivanisa foi afastada da função de assessora especial da Presidência da República. [37]

Psicanálise

Psicanalista, membro titular da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle (SPID), formou-se em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), cursou mestrado em Psicologia teórico-experimental na mesma universidade e mestrado em Psicologia clínica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com pós-graduação em teoria psicanalítica pela Universidade de Brasília (UnB).

Iniciou sua formação em psicanálise com o psicanalista Horus Vital Brazil, membro fundador do Instituto de Medicina Psicológica (IMP), depois Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, filiada à International Federation of Psychoanalytic Societies (IFPS).[38] [39] Como analista pessoal e supervisor, Horus à época era uma referência para a psicanálise dos anos 70, período da ditadura militar no Brasil. Formou a maior parte dos psicanalistas do Rio de Janeiro. Horus é autor de incontáveis ensaios para revistas psicanalíticas entre os anos de 1978 e 2004, que publicou em Psicanálise: cem anos depois e outros ensaios.

Ivanisa encerrou formalmente sua formação em psicanálise em 2006, quando apresentou “Há braço, abraço, a-braço” para uma banca de quatro psicanalistas da SPID. Desde 1998 exerce a prática clínica em Brasília e no Rio de Janeiro como especialista em teoria psicanalítica. Participou de mais de 30 jornadas nacionais e internacionais. Coordena seminários para analistas em formação pela SPID. Participa de cartéis desde 1998 voltados para a transmissão do ensino de Freud e Lacan. Foi articulista da coluna “Nem Freud explica” da Carta Maior. [41] Publicou ensaios em revistas especializadas:

“A lógica do inconsciente: o despovoado no nó borromeu”, Editora Philos, Ensaios, Revista da Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, Nº 2, página 58, 2017.

“Lacan e a Antifilosofia”, Brasília: Verbena Editora, Revista Manto Diáfano, página 6, 20 de agosto de 2016.

"Escrita e Violência - violência epistêmica na inscrição da diferença sexual", apresentado na Jornada Anual da Federação Internacional de Sociedades de Psicanálise (IFPS), 2012.

“Sintoma como índice para reconhecimento da estrutura significante”, em Coutinho, Angela [et al] (org.) “Psicanálise, uma prática teorizada”. Companhia de Freud, página 91, 2007.

“

Referências

1. “MARTINS, Franklin”. Verbete. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC – FGV). Consultado em 6 de outubro de 2020.

2. AZEVEDO, Reinaldo (16 de março de 2007). "Uma carta de Ivanisa Teitelroit, mulher de Franklin Martins". Blog Reinaldo Azevedo. Veja. Consultado em 6 de outubro de 2020.
3. MARTINS, Ivanisa Teitelroit (junho de 2006). "Escrita e violência". Revista Imprensa, nº 212, página 35. Consultado em 6 de outubro de 2020.
4. "Ted Teitelroit Chefia Escritório da B.B.C. no Brasil". Diário do Paraná, 18 de julho de 1965, Segundo Caderno, página 2. Consultado em 13 de outubro de 2020.
5. Peçanha, Oziel (6 de junho de 1965) "Pelo Ar". Correio da Manhã. Segundo Caderno, página 10.
6. LEAL, Laurindo (2008). "Vozes de Londres: memórias brasileiras da BBC", São Paulo:EdUSP, página 49.
7. PEREIRA, Claudemir (23 de novembro de 2014). "HISTÓRIA. Tombado como patrimônio cultural dos judeus, Cemitério Philippson vai ganhar restauração". Claudemir Pereira. Consultado em 23 de outubro de 2020.
8. MARTINS, Ivanisa (13 de setembro de 2019) "O dia que Franklin não voltou para casa, por Ivanisa Teitelroit Martins". Jornal GGN. Consultado em 23 de setembro de 2020.
9. LEMES, Conceição (27 de novembro de 2016) "Ivanisa Teitelroit Martins: 'Debatemos com Fidel questão agrária, saúde da trabalhadora e educação pública. Foi fantástico!'". Viomundo. Consultado em 2 de outubro de 2020.
10. BRASIL.DOU, Nº 21, terça-feira, 30 de janeiro de 1996, seção 2, página 31
11. BRASIL. DOU, Nº 54, segunda-feira, 21 de março de 2005, seção 2, página 38.
12. BRASIL. DOU Nº 123, quinta-feira, 28 de junho de 2007, seção 2, página 34.
13. BRASIL. DOU Nº 124, sexta-feira, 29 de junho de 2007, seção 2, página 5.
14. BRASIL. DOU, Nº 181, quinta-feira, 18 de setembro de 2008, seção 2, página 1.
15. "Professor Anthony Leslie Hall (1947 – 2019)". Site oficial da The London School of Economics and Political Science. Consultado em 6 de outubro de 2020.
16. CORRÊA, Alessandra (14 de maio de 2008). "Saída de ministra afeta imagem do Brasil, diz professor da LSE". BBC Brasil. UOL. Consultado em 6 de outubro de 2020.
17. LEITE, Pedro Dias (13 de julho de 2009). "Analista defende novo foco ao Bolsa Família". Folha de S.Paulo. Consultado em 6 de outubro de 2020.
18. Membros. Site oficial da Plataforma Política Social. Consultado em 6 de outubro de 2020.
19. BRASIL. Decreto nº 1.302, de 4 de novembro de 1994. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e Funções de Confiança da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA.
20. BRASIL. DOU Nº 155, segunda-feira, 16 agosto de 1993, seção 1, página 5.
21. BRASIL. DOU Nº 142, quarta-feira, 28 de julho de 1993, seção 2, página 24.
22. "Histórias dos direitos da criança". Site oficial da Unicef. Consultado em 6 de outubro de 2020.

23. PICHONELLI, Matheus (10 de julho de 2015). "Estatuto da Criança e do Adolescente: 'Anos e anos de trabalho sob risco'". Yahoo! Notícias. Consultado em 23 de setembro de 2020.
24. "Senadores destacam os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente". Agência Senado, 13 de julho de 2020. Consultado em 6 de outubro de 2020.
25. "Chacina da Candelária completa 20 anos nesta terça-feira". Última Instância. UOL. 23 de julho de 2013. Cópia arquivada em 8 de janeiro de 2014. Consultado em 23 de setembro de 2020.
26. ORTIZ, Fabíola (23 de julho de 2013). "Paradeiro de sobreviventes da chacina da Candelária é desconhecido". Folha de S.Paulo. Consultado em 23 de setembro de 2020.
27. MARTINS, Ivanisa Teitelroit (18 de fevereiro de 2007). "Chacina da Candelária: história sem fim". Jornal do Brasil. Consultado na Biblioteca Nacional em 6 de outubro de 2020.
28. "CBIA apura assassinatos". Jornal do Brasil, página 24, 25 de julho de 1993. Consultado na Biblioteca Nacional em 2 de outubro de 2020.
29. "Presidente do CBIA pede demissão". Jornal do Brasil, página 16, 28 de julho de 1993. Consultado na Biblioteca Nacional em 2 de outubro de 2020.
30. "Corrêa quer recolher crianças da rua". Jornal do Brasil, página 14, 27 de julho de 1993. Consultado na Biblioteca Nacional em 2 de outubro de 2020.
31. "Programas de renda mínima são discutidos no Senado desde 91, graças a Suplicy". Senado Federal. Senado Notícias. 26 de março de 2003. Consultado em 2 de outubro de 2020.
32. "Morre aos 60 Vilmar Faria, assessor e amigo de FHC". Folha de S.Paulo, 29 de novembro de 2001. Consultado em 6 de outubro de 2020.
33. Martins, Ivanisa Teitelroit (18 de fevereiro de 2008). "Seguridade social, um patrimônio nacional". Jornal do Brasil. Consultado na Biblioteca Nacional em 6 de outubro de 2020.
34. LOPEZ, Felix Garcia. "Fórum Nacional da Previdência Social: Consensos e Divergências". Brasília: Ipea, 2009. (Texto para Discussão, nº.1432). Consultado em 6 de outubro de 2020.
35. "Confira a íntegra de documento conclusivo do Fórum Nacional de Previdência Social". Fetec, 22 de janeiro de 2007. Consultado em 6 de outubro de 2020.
36. MARTINS, Ivanisa Teitelroit (9 de dezembro de 2016). "Resoluções do Fórum Nacional de Previdência tornariam reforma atual desnecessária". GGN. Consultado em 6 de outubro de 2020.
37. FAGNANI, Eduardo. "Fragmentação da luta política e agenda de desenvolvimento". Campinas: Unicamp, 2014. (Texto para Discussão. n. 241). Consultado em 6 de outubro de 2020.
38. BRAZIL, Liana (2005). "Horus Vital Brazil (1926–2005)". International Forum of Psychoanalysis. Volume 14. Páginas 227-229. Consultado em 6 de outubro de 2020.
39. Revista Tempo Psicanalítico, site oficial. Consultado em 13 de outubro de 2020.
40. Escola Letra Feudiana, site oficial. Acessado em 25 de setembro de 2020.
41. Nem Freud Explica, Carta Maior. Acessado em 25 de setembro de 2020.